



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

## O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**Marilene Aparecida Coelho<sup>1</sup>**  
**Matheus Oliveira de Paula<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho aborda a notoriedade e a potencialidade do estágio supervisionado como componente curricular obrigatório para a formação em Serviço Social. A comunicação em tela busca sistematizar uma experiência didático-pedagógica que articula o ensino, a pesquisa e a extensão. Esta experiência foi suscitada em face à necessidade de construção de instrumentos sistematizadores para balizarem o processo de conhecimento e intervenção na realidade a partir da perspectiva histórico-crítica.

**Palavras-chave:** Formação profissional, Estágio supervisionado e práticas educacionais.

**Abstract:** This essay aims the importance about professional trainee such as a component to finish the bachelor's graduation in Social Work. The methodology used to teacher in classroom is a full analysis perspective with teaching, searching and activities out of university. Thinking reality in a total perspective, not fragmented, like a movement, in process.

### Introdução

A educação sofre contínuos e sistemáticos ataques neste contexto socio-histórico de ofensiva neoliberal e avanço da onda conservadora no Brasil. Neste cenário, o ataque à educação não é casual. O alvo deste ataque é a educação pública, gratuita e democrática, aquela que, na perspectiva neoliberal, deve ser mercantilizada. O alvo deste ataque é a educação institucionalizada comprometida com a criatividade, criticidade e com valores emancipatórios. Esta estratégia insere-se em processos mais amplos e complexos e vincula-se à dinâmica de acumulação do capital.

Vivemos, em tempos de crise estrutural do capital,

[...] em condições de alienação desumanizante e de uma subversão fetichista do estado real de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como 'reificação'), porque o capital não pode exercer as suas funções sociais metabólicas de reprodução alargada em qualquer outra direção (MÈZSAROS, 2010, p.23).

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <marileneapc@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <marileneapc@hotmail.com>.

Investir em práticas educacionais na direção estratégica da transformação social e emancipação humana é uma tarefa necessária.

No âmbito da formação profissional de assistentes sociais, as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social formuladas pela Associação Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996) e a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) nos convidam para desenvolvermos, de forma crítica e criativa, práticas educacionais que superem a fragmentação entre o pensar e o fazer, a dicotomia entre a dimensão teórico-metodológica da profissão em relação às dimensões ético-político e técnico-operativo.

O estágio supervisionado na formação profissional de assistentes sociais é um componente curricular obrigatório preñado de possibilidades para gestar práticas educacionais que priorizem a essência. Contudo, o estágio supervisionado pode, também, sedimentar práticas que se atêm meramente à forma. Daí a importância do debate sobre a dimensão pedagógica do estágio supervisionado. Pretendemos, na presente comunicação, expor parte da experiência pedagógica vivenciada na supervisão de estágio fundamentada nos princípios das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010).

Compreendemos o estágio supervisionado não apenas como uma norma e/ou regra geral que deva ser seguida para a integralização do curso, mas como um componente indispensável, detentor de uma potencialidade crítica que deve ser fomentada nas unidades de ensino superior e nos campos de estágio. A proposta pedagógica ora sistematizada é um processo, em curso, que busca sair do imediatismo e das demandas fragmentadas, por meio da construção de mediações que possibilitem a análise estrutural da sociabilidade burguesa e das particularidades da cultura brasileira. Busca-se neste processo desvelar as formas de exploração e opressão que se põe em diversos matizes, de raça/etnia, gênero, orientação sexual, territorialidade, entre outros.

### **Repensar a educação, compreender a realidade**

O curso de graduação em Serviço Social, uma formação generalista<sup>3</sup> no âmbito das Ciências Humanas, visa habilitar profissionais assistentes sociais para a inserção

---

<sup>3</sup>Utilizamos aqui da palavra generalista entendendo uma formação que no campo das Ciências Humanas e Sociais, articule e dialogue com as diferentes formas disciplinas, não apenas isso, mas que

na divisão social e técnica do trabalho em espaços socio-ocupacionais que se confrontam com as expressões da questão social por meio, sobretudo, de políticas sociais. As habilidades e competências profissionais das assistentes sociais encontram-se regulamentadas na Lei 8.662 de 1993. Os valores, princípios, concepção de mundo e significado da profissão encontram-se explicitados no Código de ética da Profissão (CFESS, 1993) e nas Diretrizes Curriculares do Cursos de Serviço Social (ABEPSS, 1996). Estes documentos indicam a direção estratégica do Projeto Ético-Político da profissão e fundamentam o trabalho e a formação profissional.

No cotidiano do trabalho profissional das assistentes sociais é necessário conhecer e reconhecer a sociedade em sua complexidade, seu modo de ser e, sobretudo, o significado da profissão na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista e suas particularidades nos diferentes marcos históricos. Assim, a formação profissional de assistentes sociais, pautada em uma perspectiva crítica, busca habilitar profissionais capazes de captar as contradições no modo de produção e reprodução da sociedade capitalista, desnaturalizando e “desbiologizando” as relações sociais, construídas por seres sociais e em constantes mudanças.

As bases postas para o processo educacional, estão circunscritas dentro dos marcos da sociabilidade burguesa, esse processo produz e reproduz, cotidianamente, formas de pensar e de agir que levam a mistificar as relações sociais que ocorrem no real. A racionalidade formal abstrata fomentada nas bases das Ciências Humanas e Sociais modernas, não dão conta de compreender os movimentos da realidade.

Repensar a educação, se mostra, então, como forma de repensar a sociabilidade burguesa. Conforme Mészáros (2010, p15) uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades “é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz a partir de dentro e através dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados”. A construção de práticas educacionais comprometidas com os processos emancipatórios precisa envolver a coletividade e suas lutas democráticas e populares.

Assim, construir práticas educacionais que abarquem a totalidade dos processos sociais, desmistificando o imediato, como aparece no cotidiano, é primordial para alterar os valores próprios da sociabilidade burguesa. A lógica

---

se apropria dela no seu saber-fazer, na sua dimensão técnico-operativa, compreendendo a totalidade da realidade, perfazendo múltiplos fatores que levam as contradições postas a essa sociabilidade.

intrínseca e naturalizada que o processo educacional repassa, deve ser assim rompida, o que não passa apenas pelo fortalecimento da educação, mas também por práticas educacionais que privilegie o que é essencial. Para Mészáros (2010, p.16)

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de interiorização, com todas as suas dimensões visíveis e escondidas. Romper a lógica do capital no campo da educação é, portanto, sinônimo de substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de interiorização mistificante por uma alternativa positiva abrangente.

Posto isto, a compreensão abordada aqui, acerca da educação está na contratendência hegemônica posta pela ordem do capital. O que cresce desde os anos 1990 é a privatização e mercantilização da educação brasileira, processo em que o Estado se desresponsabiliza, individualizando a educação a quem pode pagar, aumentando o lucro do grande capital e das empresas educacionais que não estão comprometidas com a educação e com o pensamento crítico, apenas com seus superlucros. Verificamos um processo crescente de expansão do ensino à distância – EAD, que dificulta ainda mais a implementação de projetos político-pedagógicos críticos. Segundo o censo da educação superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2017, o Serviço Social está dentre um dos cinco cursos de nível superior que mais tem matrículas no EAD (INEP,2016). O CFESS vem se posicionando contra o ensino superior a distância, assim:

A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controlado dos pobres. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisados que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. A resposta vem na forma de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres(CFESS, 2015, p. 15-16).

O processo educacional requerido pelo projeto ético-político da profissão vai na contramão do posto e levado a cabo pelo neoliberalismo. Desse modo, a apreensão da realidade de forma crítica demonstra-se de suma importância para que as assistentes sociais não caiam no discurso mistificador vendido pelo grande capital e suas instituições, pautados como hegemônicos e de fim único. Desse modo, assumir

posições que defendam novas bases para a educação passa por uma nova ordem societária. Segundo Marx (1999, p.5):

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.(...) A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser compreendida como prática transformadora.

Esta tese formulada por Marx (1999) provoca inúmeras indagações. No âmbito do estágio supervisionado somos provocados a indagar sobre como a intensificação e precarização do trabalho interfere e contribui para a fragmentação entre o pensar e o fazer, como as condições desumanizantes do tempo presente altera o estado real das coisas, como romper com os processos de reificação contida nas práticas educacionais que se atém as formas?

### **A articulação Ensino, Pesquisa e Extensão no estágio supervisionado: o desvelar a realidade no campo de estágio**

O trabalho ora apresentado aborda a dimensão didático-pedagógica do estágio supervisionado e a sua importância na formação profissional das estudantes de Serviço Social. O recorte realizado é em uma turma de OTP – Orientação e Trabalho Profissional – I e II de 2019, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Serão abordados os procedimentos didático-pedagógicos utilizados nessa disciplina, a proposta de supervisão acadêmica elaborada pelos sujeitos do processo. Esta proposta pedagógica, construída coletivamente, articula o ensino, pesquisa e a extensão. No centro desta proposta encontra-se o conhecimento da realidade em sua imanente processualidade, dinâmica e contraditória e a construção de instrumentos sistematizadores.

As bases para a formação crítica, com as possibilidades de responder as questões que perpassam o trabalho profissional das assistentes sociais não podem ser pensadas desarticuladas da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Em vista disso, como posto pela ABEPSS (1996, p.8-9) os eixos articuladores da formação profissional:

(...)se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo assim com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teórico-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão.

Propõe-se uma nova lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções.

No processo de formação profissional de assistentes sociais o estágio supervisionado comumente é indicado como o ensino da prática. Esta forma de conceber o estágio encontra-se enraizada no mercado de trabalho, sendo este o espaço da prática, e a academia o espaço teórico. No centro desta concepção encontra o pensamento hegemônico da sociedade capitalista que fragmenta o pensar e o fazer, apreende a realidade como a-histórica e concebe os fenômenos sociais como coisas. Verifica-se, ainda, que nos últimos anos devido a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva, bem como as condições materiais de sobrevivência da classe trabalhadora na sociedade brasileira, a estudante estagiária é vista pelos empregadores como “mão de obra barata”. Nesse sentido, repensar o processo didático-pedagógico no estágio supervisionado a partir da perspectiva histórico-crítica é essencial.

O Estágio Supervisionado na Escola de Serviço Social da UFRJ, ratifica os princípios e as diretrizes gerais do projeto ético-político da profissão; do MEC – Ministério da Educação – assim como as normativas da UFRJ e se particulariza no projeto pedagógico do curso de Serviço Social e na Política de Estágio da ESS/UFRJ, aprovada em 2018. De acordo com as normas gerais e específicas, o estágio supervisionado não deve ultrapassar a carga horária de 20 horas semanais, nem ser inferior a 12 horas semanais. Além disso, na ESS/UFRJ o estágio supervisionado é dividido em 4 níveis e ocorre simultaneamente com as disciplinas de Orientação e Trabalho Profissional – OTP.

O campo de estágio é um espaço privilegiado, em que as estagiárias estarão de frente com o cotidiano do trabalho profissional, realizando esforços prático-teóricos para desvelar a realidade e suas manifestações aparentes, vislumbrando construir mediações para aproximar-se da totalidade do ser social. Assim, o ensino articula-se com a pesquisa e a extensão, pois entende-se que o processo de ensino e aprendizagem não pode centrar-se na estudante apenas como ser singular e o conhecimento da realidade deve ocorrer coletivamente e processualmente. Para tanto, a partir das ementas do estágio supervisionado e das disciplinas de OTP as estudantes constroem o projeto de pesquisa para conhecer a natureza das instituições

campo de estágio, o perfil e demandas dos usuários e as particularidades do trabalho profissional.

A inserção no campo de estágio requer o conhecimento da realidade no que diz respeito à natureza, dinâmica das instituições, bem como as políticas, programas e projetos sociais implementados, além das rotinas, procedimentos e atividades que desenvolvem. Esta investigação alicerça a análise institucional e possibilita estabelecer as relações com as determinações que perpassam o trabalho profissional das assistentes sociais e as requisições de seus empregadores. A análise institucional permite, ainda, apreender as tendências e legalidade em curso nas políticas sociais, a relação geral da intersectorialidade das políticas públicas executadas e as estratégias do Estado no enfrentamento das expressões da questão social. Esse processo conforma as bases para uma apreensão que articule as políticas públicas e sociais de maneira geral, e não fragmentada. A compreensão assim, se dará a partir da realidade em suas nuances e contradições, alinhando semelhanças e divergências.

Outro aspecto da realidade a ser conhecido é o perfil dos usuários do Serviço Social nas instituições campo de estágio e suas demandas. Trata-se de uma pesquisa empírica, de fundamental importância para o conhecimento das condições de vida dos segmentos da classe trabalhadora que acessam as políticas sociais e vivenciam as múltiplas expressões da questão social. O estudo de suas demandas possibilita averiguar aquelas que são atendidas ou refutadas pelas instituições. Esta investigação permite formular programas e projetos em vista às demandas e perfil dos usuários, alimentando a produção de materiais socioeducativos construídos por meio das atividades de extensão com o objetivo de orientação e socialização de informações acerca dos direitos sociais.

Em relação às particularidades do trabalho profissional busca-se conhecer o cotidiano nas diferentes instituições campo de estágio, bem como as condições de trabalho, os projetos e atividades desenvolvidos. Esta pesquisa subsidia a produção de um relatório que possibilita conhecer as tendências e as condições do trabalho profissional, bem como a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

Contudo, averiguamos que o tempo de ensino relacionado ao estágio supervisionado (supervisão didática e a supervisão conjunta) é insuficiente para a construção de instrumentos sistematizadores, nos quais o conhecimento advindo do

processo de ensino e de investigação retornem às instituições e, sobretudo, aos usuários. Assim, o projeto de extensão é fundamental.

Ao final do projeto de pesquisa, a partir das sistematizações e levantamentos realizados pelas discentes são formulados materiais socioeducativos, como cartilhas e *folders* sobre os direitos sociais. A pesquisa alimenta um banco dados sobre o perfil e demandas dos usuários e a construção de um dossiê sobre política sociais e direitos sociais. Tais instrumentos sistematizadores conformam as atividades de extensão. Com a articulação desses dois projetos pretende-se construir uma ferramenta online que sirva como um “observatório” e que os cidadãos e a sociedade possam acessar as informações e conhecimentos suscitados no estágio supervisionado.

A importância desse processo é a capacidade de fomentar e ampliar a prática político-pedagógica das assistentes sociais e das estagiárias articulada as usuárias (os) das políticas públicas. Desse modo, a presente proposta pedagógica calca-se ainda nas bases da universidade pública, que é de retornar o conhecimento e aprendizado para a sociedade.

Na construção do processo didático-pedagógica na formação profissional, no ambiente do estágio supervisionado, as alunas estagiárias compatibilizarão a processualidade e a articulação entre a supervisão de campo e supervisão acadêmica. Nesse sentido, dando luz ao processo do estágio supervisionado e das atividades desenvolvidas o documento balizador do Estágio na ESS/UFRJ (2018, p.8) salienta:

O “ensino da prática não é algo exterior ou posterior à formação teórica: é o espaço em que, pela via da investigação de uma temática determinada, explicita-se o significado social da profissão na análise de práticas efetivas. O desafio pedagógico aí contido consiste em assegurar que a dimensão interventiva da formação profissional não fique restrita aos períodos em que o estudante realiza os seus estágios, mas percorra o conjunto das suas atividades acadêmicas.

A didática de ensino e aprendizagem privilegia a construção coletiva do processo de conhecimento da realidade e da construção dos instrumentos técnico-operativos (projeto de pesquisa, projetos de intervenção, projeto de extensão, elaboração de questionários para coleta de dados, elaboração de relatórios e estudo social). Busca-se no processo de conhecimento e intervenção na realidade a apreensão das mediações entre singularidade, particularidade e universalidade.

Logo, o processo didático-pedagógico desenvolvido na disciplina e a construção coletiva dos instrumentos, sistematizações e análises, apontam para uma

formação que busca dar materialidade aos princípios e diretrizes que conformam a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010).

### **Entre a realidade posta e a proposta**

As assistentes sociais, inseridas na divisão socio-técnica do trabalho, lidam com as expressões da “questão social” em suas diversas manifestações cotidianamente, e nessa época de ofensiva do capital ao trabalho se agudizam, são mais mistificadas, e precisam ser observadas e criticadas a partir do conhecimento teórico-prático. As profissionais do Serviço Social estão envoltas na contradição dessa sociabilidade, se ora atendem a classe trabalhadora em suas nuances e condições de trabalho precarizadas e flexibilizadas, ora fazem parte dela e estão inseridas nas mesmas condições precárias que os usuários das políticas que operacionalizam. Antunes (2011, p.123) elucida o panorama do mercado de trabalho atual, como:

(...)no estágio atual do capitalismo brasileiro, combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescidos das mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo “parece ainda vigente em vários ramos dos produtivos e de serviços”.

Entender como o modo de produção capitalista socializa a produção enquanto se apropria privadamente dela, bem como compreender a formação social e histórica da sociedade brasileira e suas particularidades, que envolvem o passado – e o presente – patriarcal e racista é primordial para a intervenção crítica e comprometida para com os segmentos da classe trabalhadora que acessam as políticas sociais.

A formação das assistentes sociais deve possibilitar a compreensão da dinâmica contraditória da sociabilidade burguesa, de modo que as mediações entre a singularidade, a particularidade e o universal sejam desveladas, explicitando as contradições que permeiam as relações de classe, de raça e etnia, de gênero, territorialidade, sexualidade, acesso aos equipamentos da Seguridade Social, entre outras.

Na quadra histórica contemporânea, as privatizações e contrarreforma do Estado brasileiro, que se iniciou em 1990 e se dá até o atual momento, o panorama para as políticas sociais, segundo Boschetti (2016, p. 124), ocorre por meio da:

Focalização das prestações sociais, sobretudo prestações assistenciais familiares, que passaram a ser dirigidas exclusivamente para as famílias de baixa renda sob o argumento de maior redistribuição e “justiça social”; o que, na verdade, constituiu uma estratégia para redução de despesas.

Com o exposto, infere-se a importância do fortalecimento de prática político-pedagógicas que possam a fortificar a perspectiva de direitos e a participação política das (os) usuárias (os) democraticamente, e de mesmo modo, pautar uma outra forma de educação que seja popular e abrangja a sociedade em sua totalidade, com vistas a emancipação humana. Assim, ressalta-se a direção estratégica apontada em alguns dos princípios do Código de Ética das Assistentes Sociais de 1993:

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (...) (CFESS, 1993, p.3)

Frente ao exposto, o estágio supervisionado pode articular questões pertinentes para o aprofundamento do projeto ético político profissional. O estágio supervisionado exige o constante aprimoramento dos sujeitos envolvidos e a busca por novas práticas pedagógicas, que deem protagonismo as estagiárias e as usuárias do Serviço Social nas instituições, fomentando a construção de práticas educativas comprometidas com a emancipação.

## Referências

- ABEPSS. **Política nacional de Estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf). Acesso em: 26 maio. 2019.
- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 27 maio. 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social Pública ainda é possível! **Revista Inscrita**, Brasília, nº10, CFESS, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a emenda Constitucional nº 95., de 15 de dezembro de 2016. 54.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9.ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25. set. 2008.

BRASIL. Lei 12.722, de 19 de agosto de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 2012.

COELHO, Marilene Aparecida. **A imediatividade na prática do assistente social**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2013.

CFESS. **Resolução CFESS 533/2008**. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-do-cfess>. Acesso em: 25 maio 2019.

CFESS. **Resolução CFESS 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-do-cfess>. Acesso em: 25 maio 2019.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1\\_2015-Site.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf). Acesso em: 5 jun. 2019.

CNE/CES. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13. Mar. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da educação superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Santa Catarina: 2010.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/483/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20al%C3%A9m%20do%20capital.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 jun. 2019.

UFRJ. **Resolução CEG nº12/2008**. Normas para o estágio. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: <https://xn--graduao-2wa9a.ufrj.br/index.php/2014-04-29-19-27-24>. Acesso em: 25 maio 2019.

UFRJ. **Política de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: <https://ess.ufrj.br/index.php/politica-de-estagio>. Acesso em: 25 maio 2019.